



MR 017. Interculturalidade e políticas públicas: alguns desafios e experiências no campo da saúde para Povos Indígenas no Brasil

Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Coordenadora, Andréa Borghi, Moreira Jacinto (Ministério da Saúde) - Participante, Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (Universidade de Brasília) - Participante, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Participante

No Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, está previsto "um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias". Enquanto sociedade pluralista de Estado democrático, a noção de interculturalidade suscita uma discussão teórica e programática fundamental sobre seu papel como princípio norteador da política pública de saúde para os povos indígenas no Brasil. Há necessidade de uma elaboração mais sistemática sobre o conceito e sua aplicabilidade no campo da saúde. A questão de como efetivar atenção à saúde indígena "contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política", como pretende a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, mantém-se como desafio no campo institucional responsável pela implementação das ações, acadêmico e da política indígena. Esta Mesa-Redonda relacionará, conceitualmente e a partir da apresentação de experiências e pontos de vistas diversos, estes dois propósitos - interculturalidade e política de saúde indígena pautada pelo princípio da diversidade, com o intuito analítico de dimensionar a complexidade da implementação de ações de saúde indígenas pelo Estado brasileiro.

Redes de Diferenças: um relato sobre articulações em rede e atenção psicossocial em contextos amazônicos

Autoria: Andréa Borghi Moreira Jacinto

O work descreve um processo iniciado em 2017 em Manaus (AM), envolvendo representantes de diferentes setores públicos, unidades da federação, movimentos indígenas, a partir de questões relativas a sofrimento mental, suicídio e necessidades decorrentes do uso de álcool. Implicada como antropóloga e agente pública, acompanhei parte da construção coletiva desse processo e sua metodologia, que visava articulação intersetorial em rede, alinhamentos conceituais, matriciamentos mútuos e corresponsabilização. Esse movimento produziu diálogos, estranhamentos e convergências entre indígenas, não indígenas, diferentes políticas institucionais e campos de conhecimentos acionados no convívio da ação. Aproximando direitos indígenas, saúde pública, reforma psiquiátrica e medicina indígena, a rede aponta para formação mínima de uma comunidade de argumentação, e a mobilização para produzir soluções.



Realização:



Apoio:



Organização:

